

Ulysses pede apreensão de cartaz da CUT

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, pediu ontem ao Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, a retirada, apreensão e a apuração da autoria dos cartazes afixados em Brasília, Rio de Janeiro e em outros Estados brasileiros, que identificam os parlamentares do Centrão como "traidores do povo".

Na representação, Ulysses argumenta que os cartazes "extrapolam o direito de crítica e o de manifestação do pensamento para atingir, de modo inequívoco, a independência e a dignidade dos constituintes, em constrangimento ilegal à sua liberdade de decisão".

Ulysses anunciou a providência no plenário da Câmara, onde a campanha desencadeada pelos cartazes — atribuídos ao Sindicato dos Bancários — provocou protestos. Na representação encaminhada a Sepúlveda Pertence, Ulysses destaca também que "tais cartazes estampam o nome, foto e, muitas vezes, o telefone de alguns constituintes, com os ofensivos dizeres: 'Procurados — traidores do povo', em ação lesiva à sua reputação e ameaçadora, constrangendo-os a deixar de decidir e votar livremente, como é seu direito e dever na Assembleia Constituinte".

Segundo o documento, os cartazes também instigam à perturbação da

vida privada do constituinte, ao se indicar o seu telefone, junto a qualificação de traidor do povo, o que caracteriza grave ameaça, visando a restringir a sua livre escolha de voto.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) manifestou ao plenário seu repúdio à campanha, cuja autoria atribuiu, no Rio de Janeiro, à CUT e ao Sindicato dos Bancários. A Deputada queixou-se principalmente de que, uma vez divulgado o seu telefone residencial no Rio, seus familiares passaram a ser molestados.

O Deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) também protestou, classificando os responsáveis pela afixação dos cartazes de "corja de ladrões da honra".

Adolfo, como Sandra, negou qualquer vinculação com o Centrão, que, segundo contou, já tentou pressioná-lo para obter a sua adesão para algumas teses do grupo.

A noite, o Departamento de Polícia Federal (DPF) anunciou que iniciará investigações para apurar a responsabilidade criminal pela confecção e colocação dos cartazes. O Procurador Geral da República, Sepúlveda Pertence, encaminhou ao Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, o telex enviado a ele pelo Presidente da Assembleia Constituinte, Ulysses Guimarães, pedindo providências.



Virgílio Távora (à direita), Benevides, Bonifácio de Andrada, Mário Maia e Fernando Henrique, cercam Ulysses

Relator fará novo texto em caso de impasse

BRASÍLIA — Mesmo de forma indireta, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, derrubou ontem a tática que consistia em deixar em branco o artigo sobre o mandato do Presidente José Sarney, nas Disposições Transitórias, articulada pelos constituintes ligados ao Palácio do Planalto, para fazer prevalecer o texto do Título IV, que prevê cinco anos de mandato. Ulysses decidiu que deverá ser elaborado outro texto pelo Relator no caso do surgimento do "buraco negro" — quando nenhum dos grupos consegue os 280 votos.

Por coincidência, a decisão de Ulysses foi tomada a partir de uma questão de ordem levantada pelo Líder do PMDB, Mário Covas (SP), defensor do mandato de quatro anos para o Presidente Sarney. Na sessão de quinta-feira, na votação do parágrafo sobre propriedade privada, Covas argumentou que o texto deveria ficar em branco se nenhum grupo conseguisse os 280 votos.

Naquele momento, o Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) lembrou a Covas que, se Ulysses apoiasse a sua tese, os defensores dos cinco anos poderiam utilizar a mesma tática na votação do atual mandato presidencial, nas Disposições Transitórias. Fariam isto para evitar um comprometimento de integrantes do Centrão com a emenda Matheus Iansen, que dividiria o grupo, por estabelecer um mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. Covas reconheceu o risco, comentando com Vivaldo:

— Realmente, isto me perturba, mas temos que levantar esta questão agora.

Ulysses não respondeu na hora, preferindo suspender a sessão, para desespeço dos "progressistas". Ontem, deu uma resposta que favorece o Centrão no caso da propriedade privada, porque exige a aprovação de um texto para este parágrafo. O destaque para votação em separado apresentado por Covas não poderá funcionar como uma emenda supressiva. No caso do mandato, entretanto, Ulysses acabou favorecendo os defensores dos quatro anos. Sem poder deixar em branco o artigo das Disposições Transitórias, os integrantes do Centrão que defendem os cinco anos terão que assumir publicamente a defesa da emenda Matheus Iansen.

Propriedade leva o Centrão a se retirar

BRASÍLIA — Em sessão tumultuada, suspensa porque o Centrão se retirou do plenário, a Constituinte não conseguiu, na manhã de ontem, deliberar sobre o parágrafo do Artigo 6º que trata do direito de propriedade. Foi anunciado, porém, um texto elaborado por acordo que poderá ser votado segunda-feira.

Pouco antes do início da votação, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE) leu o texto do acordo. Ele mantém a garantia de que as desapropriações serão indenizadas em dinheiro, o que consta da emenda do Centrão, mas com ressalva para exceções previstas mais adiante no projeto. O Senador pediu que, para permitir a conclusão das negociações, a sessão fosse suspensa.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ouviu então as lideranças partidárias e o Relator Bernardo Cabral. Este ficou favorável ao acordo, mas o Líder do PMDB, Mário Covas, reclamou por não ter ouvido nenhuma liderança do Centrão comprometer-se, no plenário, com a segunda parte do texto de entendimento. Por ele, segundo Covas, seria mantido o texto da Sistematização para a reforma agrária, onde es-

tá previsto que a indenização será paga em títulos da dívida agrária.

Como o acordo ainda não estava concluído, Ulysses colocou em votação a emenda do Centrão, que tem preferência sobre as demais. Votaram 244 constituintes, dos quais 20 a favor, 208 contra, com 16 abstenções, não atingindo os 280 votos necessários à aprovação ou rejeição, porque o Centrão negou quorum. A retirada foi comandada pelos Deputados Luis Eduardo (PFL-BA) e Max Rosemann (PMDB-PR). Discretamente saíram o Líder do PFL, José Lourenço, e os Deputados José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG).

O Centrão foi acusado pelo Deputado Octavio Elísio (PMDB-MG) de ter se retirado do plenário para "acobertar os nomes dos companheiros faltosos que estão nos Estados". Integrantes do próprio Centrão, porém, asseguraram o grupo não se ausentou porque acredita poder melhorar os termos do acordo.

Falaram no encaminhamento da votação, a favor do texto do Centrão, o Deputado José Maria Eymael; contra, o Senador Nelson Carneiro (PMDB-PB), que defendeu o texto da Comissão de Sistematização.

Presidente da Constituinte comanda tentativa de acordo

BRASÍLIA — O Deputado Ulysses Guimarães interferiu pessoalmente para viabilizar um acordo na questão do direito de propriedade. Foi por ele elaborado o primeiro texto discutido ontem pelos líderes do Centrão e dos demais grupos. Ulysses comprometeu-se, em plenário, que mesmo durante a sua interinidade na Presidência da República continuará se empenhando para que as negociações cheguem a bom termo.

Pouco depois de ter encerrado a sessão de quinta-feira, Ulysses apresentou ao Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos coordenadores do Centrão, uma proposta de entendimento baseada na fusão do substitutivo do Centrão com o texto aprovado pela Comissão de Sistematização e parte de uma emenda do próprio Fiúza. A fórmula conseguia atender parcialmente ao Centrão, mantendo o princípio do pagamento em dinheiro no caso de desapropriações, e aos demais grupos, que querem fixar no mesmo dispositivo a função social da propriedade.

Fiúza disse a Ulysses que a proposta poderia ter apoio do Centrão, mas que era necessário consultar as

demais lideranças do grupo. Quis saber ainda se o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, aceitaria a sugestão. Na mesma hora, Ulysses telefonou para Covas e ouviu dele a disposição de se negociar a partir dessa proposta.

— O Covas disse que o texto é palatável — assegurou Fiúza.

Mas as negociações não avançaram muito. Antes da sessão de ontem de manhã, líderes do Centrão e dos demais grupos faziam ressaltar ao texto:

— Eu tenho recebido telefonemas das bases reclamando do fruto do acordo — disse o Deputado Afif Domingos (PL-SP), ao comentar que não existia ainda a decisão final do Centrão.

Afif chegou mesmo a fazer uma alusão a um possível confronto na sessão de votação, onde o Centrão poderia decidir pela manutenção de seu substitutivo.

— Acho que os princípios da propriedade e da estabilidade vão definir o princípio da maioria. Ela tem que ser incontestável — disse o Deputado.

O Centrão resiste à ideia de se incluir no texto proposto por Ulysses a questão do "meio ambiente", como um das condições para a desapropriação. O grupo ligado ao Líder Mário Covas gostaria de manter este dispositivo no texto, mas se dispõe a negociá-lo. O mais importante para Covas é o compromisso do Centrão para o capítulo da Reforma Agrária, que começa a ser negociado junto com a definição de propriedade.

As demais polêmicas do capítulo dos Direitos Individuais e Coletivos parecem resolvidas. Ficou acertada a questão do habeas-data, assegurando o direito de informação, com a manutenção do texto da Sistematização e o aproveitamento parcial do substitutivo do Centrão. Foi encontrada ainda uma fórmula que garante o direito das entidades associativas de representarem seus filiados em juízo. O dispositivo tinha sido suprimido pelo Centrão, que já aceitou incluí-lo, desde que esta representação só ocorra quando devidamente autorizada pelo associado. Um acordo para o mandato de segurança coletivo também está próximo e pode ter como base uma emenda do Deputado Ricardo Fiúza.

Grupo está convocado para terça-feira

BRASÍLIA — A decisão do Centrão de negar quorum à sessão de ontem foi explicada de várias maneiras pelos seus líderes. Alguns deles, inclusive, acreditam que a votação do direito de propriedade poderá ser novamente adiada, pois os constituintes do grupo só foram convocados para terça-feira.

Segundo o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), mesmo que o Centrão tivesse se decidido pelo acordo, não compareceria para votar, pois precisaria informar aos demais constituintes o teor do texto final.

— Nós dispensamos o pessoal ontem, garantindo que não haveria votação. Votar agora significaria trair o nosso grupo — disse Fiúza.

Já o Deputado Afif Domingos (PL-SP) disse que a saída de plenário teve o objetivo único de dar mais tempo para o entendimento e para consultas.

— Nós tínhamos de ajudar a negociação — observou.

Segundo o Deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), a retirada do plenário tinha sido decidida na noite anterior, numa reunião de 70 integrantes do grupo e não estava ligada diretamente com a negociação. O que o Centrão discutia, disse ele, era a possibilidade de votar, na terça-feira, o seu substitutivo, apresentando maioria absoluta de 280 votos em plenário.

Parlamentaristas desistem de impugnar

BRASÍLIA — Os autores da emenda presidencialista que tem preferência para votação em plenário, Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e Deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), anunciaram ontem a desistência do bloco parlamentarista de alegar irregularidades regimentais para impugnar a emenda. Lucena foi tranquilizado pelo Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que faria a defesa da impugnação em plenário, enquanto Vivaldo recebeu do Deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) — autor da emenda parlamentarista — a garantia de que a impugnação, anunciada terça-feira pelo próprio Egidio, não será levada adiante.

A possibilidade de impugnação da emenda, pelo fato das 348 assinaturas terem sido recolhidas para quatro emendas individuais, foi levantada numa reunião do grupo parlamentarista e Egidio chegou a anunciar que Arinos faria a defesa da impugnação na tribuna. Ontem, entretanto, Humberto Lu-

cena afirmou que o próprio Afonso Arinos negou essa intenção, durante uma conversa com ele. Além disso, o Senador garante que a impugnação não teria sustentação jurídica.

— Não houve nada fora da normalidade regimental. Eu não apoiaria isto. O que houve foi que juntamos os esforços para recolher as assinaturas, já que seria difícil recolher mais de 280 assinaturas individualmente. Quanto à emenda, é uma fusão de quatro outras emendas, sendo que a minha é o carro-chefe.

Na segunda-feira, às 14h30m, os presidencialistas terão uma reunião de articulação, convocada pelo Senador Marco Maciel (PFL-PE). O objetivo é mobilizar o grupo, para garantir a presença de todos em plenário, no momento da votação sobre sistema de governo. Vivaldo vai propor a divulgação das ideias do grupo através de cartazes. Mas esses cartazes serão colocados apenas no interior do Congresso, porque, garante ele, "nas ruas já estão bastante firmes".

Com Nelson, a vez da Bíblia na tribuna

Depois do urinal e do revólver calibre 38, ontem foi a vez de a Bíblia subir à tribuna da Constituinte. Com o livro nas mãos, o Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) leu a parábola do jovem rico do Evangelho de São Marcos, para lamentar que, apesar de reunidos sob a proteção de Deus, muitos constituintes o evitavam.

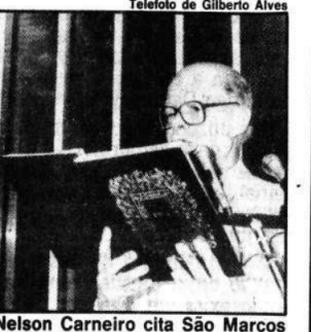
O Senador criticou o impasse sobre o direito à propriedade.

— A vida, a liberdade e a segurança não suspenderam a sessão da Constituinte. O que suspendeu foi exatamente a propriedade — disse.

Antes, lera o trecho da Bíblia onde um homem rico, que estava atrás da vida eterna, deixou de seguir Jesus para não se desfazer das suas propriedades, doando-as aos pobres. E era o único requisito que faltava para ele.

Depois disso, o Senador dirigiu-se ao Deputado Bonifácio de Andrada, lembrando que os seus ancestrais, na Constituição de 1823, falavam em indenização, mas não em dinheiro.

— Os Andradas de 1823 não pensavam no dinheiro, pensavam no valor da propriedade — encerrou.



Nelson Carneiro cita São Marcos

Lideranças estudam três emendas sobre estabilidade

BRASÍLIA — O Presidente interino da República, Ulysses Guimarães, convocou ontem à tarde ao Palácio do Planalto lideranças do PMDB e do Centrão para tentar um entendimento sobre a questão da estabilidade no emprego. Apesar de não terem selado um acordo, os participantes da reunião fixaram-se em três emendas, a partir das quais deverá ser encontrado um texto médio.

— Não foi uma reunião conclusiva,

mas ficou claro que se este assunto não ficar bem resolvido, poderá contamar toda a Constituinte — disse o Deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), um dos participantes, reproduzindo uma preocupação que dominou o encontro.

As três propostas em análise pelo PMDB e pelo Centrão são: a emenda do Centrão, fundada à de Ronaldo César Coelho, que estipula a indenização compensatória sem prejuízo de outros benefícios; a emenda José Ri-

cha, que no texto da Constituição remete a regulamentação da garantia no emprego à lei ordinária, mas assegura, nas disposições transitórias, uma indenização compensatória; e a emenda Luis Inácio Lula da Silva, com modificações que deixariam a cargo da Justiça decidir se há dificuldade econômica intrinsecamente numa empresa que justifique demissões e, em caso positivo, definir qual a indenização.

'Buraco negro' não interromperá votação

BRASÍLIA — Sempre que um destaque para votação em separado não obtiver o quorum necessário de 280 votos, será aberto um prazo de até 48 horas para negociações e mais 24 horas para apresentação de votos destaques. Ao longo desse período, porém, a votação da Constituinte não será interrompida: prosseguir nos itens seguintes, até que seja possível retomar a questão suspensa.

Esta foi a interpretação dada ontem pelo Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para a chamada questão do "buraco negro", ou seja, o receio dos Constituintes de que, a cada vez que um destaque para votação em separado não obtivesse 280 votos, a matéria deixasse de constar da nova Constituição — pois o item correspondente do texto básico estaria também rejeitado.

A decisão de Ulysses foi baseada no aproveitamento do artigo 10 do Regimento Interno que prevê a abertura de 48 horas, mais 25, para a apresentação de destaques, sempre que não for possível aprovar um Título ou Capítulo da nova Constituição.

A reforma do Regimento gerou a necessidade de 280 votos para a inclusão de qualquer dispositivo no texto Constitucional. Deixou de previr, porém, o procedimento para os casos de um destaque para votação em separado — destinado a manter parte do substitutivo da Comissão de Sistematização — não conseguir o total necessário de votos.